

No. 698

**BRAZIL
and
BOLIVIA**

**Treaty of Petrópolis. Signed at Petrópolis on 17 November
1903**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Filed and recorded at the request of Brazil on 31 August 1973.

**BRÉSIL
et
BOLIVIE**

**Traité de Petrópolis. Signé à Petrópolis le 17 novembre
1903**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Classé et inscrit au répertoire à la demande du Brésil le 31 août 1973.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE PETRÓPOLIS DE 17 DE NOVEMBRO DE 1903

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavença, e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de comércio e boa vizinhança, convieram em celebrar um Tratado de permuta de territórios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no art. 5º do Tratado de Amisade, Limites, Navegação e Commercio de 27 de Março de 1867.

E para esse fim, nomearam Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os Srs. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos da América; e

O Presidente da República da Bolívia os Srs. Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial no Brasil e Senador da República, e Claudio Pinilla, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil, nomeado Ministro das Relações Exteriores da Bolívia;

Os quaes, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

Artigo I. A fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a da Bolívia ficará assim estabelecida:

§ 1º). Partindo da latitude Sul de 20º.08'.35" em frente ao desaguadouro da Bahia Negra, no Rio Paraguay, subirá por este rio até um ponto na margem direita distante nove kilometros, em linha recta, do forte da Coimbra, isto é aproximadamente em 19º.58'.05" de latitude e 14º.39'.14" de longitude Oeste do Observatório do Rio de Janeiro (57º.47'.40" Oeste de Greenwich), segundo o Mappa da fronteira levantado pela Comissão Mixta de limites, de 1875; e continuará desse ponto, na margem direita do Paraguay, por uma linha geodesica que irá encontrar outro ponto a quatro kilometros no rumo verdadeiro de 27º.1'.22" Nordeste, do chamado "Marco do fundo da Bahia Negra", sendo a distância de quatro kilometros medida rigorosamente sôbre a fronteira actual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em 19º.45'.36", 6 de latitude e 14º.55'.46", 7 de longitude Oeste do Rio de Janeiro (58º.04'.12", 7 Oeste de Greenwich). Dahi seguirá no mesmo rumo determinado pela Comissão Mixta de 1875 até 19º.2' de latitude e, depois, para Leste, por êste paralelo até o arroio Conceição, que descerá até a sua bocca na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Caceres, também chamado rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o Norte, pelo meridiano de Tamarindeiro: até 18º.54' de latitude continuando por êste paralelo para Oeste até encontrar a fronteira actual.

§ 2º). Do ponto de intersecção do paralelo de 18º.54' com a linha recta que forma a fronteira actual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até [18º.14'] de latitude e por este paralelo irá encontrar a Leste o desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá.

atravessando a lagoa em linha recta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos actuaes, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem septentrional.

§ 3º). Do Marco septentrional na lagoa Mandioré continuará em linha recta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude de 17°.49' e por este paralelo até o meridiano do extremo Sudéste da lagoa Gahiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha recta até o ponto equidistante dos dois marcos actuaes, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou actual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4º). Da Entrada Sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluência do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado de 27 de Março de 1867.

§ 5º). Da confluência do Beni e do Mamoré descera a fronteira pelo rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude de 10°.20'. Dahi irá pelo paralelo de 10°.20', para Leste até o rio Rapiirran e subirá por elle até a sua nascente principal.

§ 6º). Da nascente principal do Rapiirran irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a Oeste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta, como aos Commissarios demarcadores dos dois paizes parecer mais conveniente.

§ 7º). Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluencia na margem direita do rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais occidental do que a de 69° Oeste de Greenwich.

a) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos occidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo meridiano da nascente até o paralelo de 11° e depois, para Oeste, por esse paralelo até a fronteira com o Perú.

b) Se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 60° Oéste de Greenwich e correr ora ao Norte, ora ao Sul do citado paralelo de 11°, acompanhando mais ou menos este, o alveo do rio formará a linha divisória até a sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11° e dahi, na direcção Oéste pelo mesmo paralelo até a fronteira com o Peru; mas se a Oeste da citada longitude de 69° o Acre correr sempre ao Sul do paralelo de 11°, seguirá a fronteira, desde esse rio, pela longitude de 69° até o ponto de intersecção com êsse paralelo de 11° e depois por elle até a fronteira com o Peru.

Artigo II. A transferência de territorios resultante da delimitação descripta no artigo precedente comprehende todos os direitos que lhes são inherentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reaes adquiridos por nacionaes e estrangeiros segundo os principios do direito civil.

As reclamações provenientes de actos administrativos e de factos occorridos nos territorios permutados, serão examinados e julgadas por um Tribunal Arbitral composto de um representante do Brasil, outro da Bolívia e de um Ministro estrangeiro a creditado junto ao Governo Brasileiro. Êsse terceiro arbitro, presidente do Tribunal, será escolhido pelas duas Altas Partes Contractantes logo depois da troca das ratificações do presente Tratado. O Tribunal funcionará durante um anno no Rio de Janeiro e começará os seus trabalhos dentro do prazo de seis mezes contados do dia da troca das ratificações. Terá por missão: 1º aceitar ou rejeitar as reclamações; 2º fixar a importância da indemnisação; 3º designar qual dos dois Governos a deve satisfazer.

O pagamento poderá ser feito em apolices especiaes, ao par, que vençam o juro de tres por cento e tenham a amortisação de tres por cento ao anno.

Artigo III. Por não haver equivalencia nas areas dos territorios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indemnisação de £2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a República da Bolivia aceita com o proposito de applicar principalmente na construcção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as communições e desenvolver o commercio entre os dois paizes.

O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de tres mezes, contado da troca das ratificações do presente Tratado, e a segundo em 31 de Março de 1905.

Artigo IV. Uma Commissão Mixta, nomeada pelos dois Governos, dentro do prazo de um anno, contado da troca das ratificações, procederá a demarcação da fronteira descripta no Artigo I, começando os seus trabalhos dentro dos seis mezes seguintes à nomeação.

Qualquer desaccordo entre a Commissão Brasileira e a Boliviana, que não puder ser resolvido pelos dois Governos, será submttido à decisão arbitral de um membro da Royal Geographical Society, de Londres, escolhido pelo Presidente e membros do Conselho da mesma.

Se os Commissarios demarcadores nomeados por uma das Altas Partes Contractantes deixarem de concorrer ao legar e na data da reunião que forem convencionados para o começo dos trabalhos, os commissarios da outra procederão por si sós à demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatorio para ambas.

Artigo V. As duas Altas Partes Contractantes concluirão dentro do prazo de oito mezes um Tratado de Commercio e Navegação baseado no principio da mais ampla liberdade de transito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que ellas se reconhecem perpetuamente, respeitadas os regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma. Esses regulamentos deverão ser tão favoráveis quanto seja possível à navegação e ao commercio e guardar nos dois países a possível uniformidade. Fica, porém, entendido e declarado que se não comprehende nessa navegação a de porto a porto do mesmo paiz, ou de cabotagem fluvial, que continuará sujeita em cada um dos dois Estados às respectivas leis.

Artigo VI. De conformidade com a estipulação do artigo precedente e para o despacho em trânsito de artigos de importação, a Bolívia poderá manter agentes aduaneiros junto às alfandegas brasileiras de Belém do Pará, Manãos e Corumbá e nos demais postos aduaneiros que o Brasil estabeleça sôbre o Madeira e o Mamoré ou em outras localidades da fronteira commum. Reciprocamente, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros na alfandega boliviana de Villa Bella ou em qualquer outro posto aduaneiro que a Bolívia estabeleça na fronteira commum.

Artigo VII. Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empreza particular, uma ferro-via desde o porto de Santo Antonio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Villa-Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Matto-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívía) na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferro-via, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro annos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.

Artigo VIII. A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará directamente com a do Perú a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javary e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigável do litigio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum.

Artigo IX. Os desacordos que possam sobrevir entre os dois Governos quanto à interpretação e execução do presente Tratado, serão submettidos a Arbitramento.

Artigo X. Este Tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Republicas, será ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

EM FÉ DO QUE nós, os Plenipotenciários acima nomeados, assignamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portugueza e castelhana, appondo nelles os nossos sellos.

FEITO na cidade de Petrópolis, aos dezeseite dias do mez de novembro de mil novecentos e tres.

RIO BRANCO

J. F. DE ASSIS BRASIL

FERNANDO E. GUACHALLA

CLAUDIO PINILLA

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO DE PETRÓPOLIS DE 17 DE NOVIEMBRE DE 1903

La República de los Estados Unidos del Brasil y la República de Bolivia, animadas del deseo de consolidar para siempre su antigua amistad, removiendo motivos de ulteriores desavenencias, y queriendo al mismo tiempo facilitar el desenvolvimiento de sus relaciones de comercio y buena vecindad, convinieron en celebrar un Tratado de permuta de territorios y otras compensaciones, de conformidad con la estipulación contenida en el Artículo 5º del Tratado de Amistad, Límites, Navegación y Comercio de 27 de Marzo de 1867.

Y, con ese fin, han nombrado Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil a los Srs. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, y Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos de América; y

El Presidente de la República de Bolivia, a los Srs. Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Misión Especial en el Brasil y Senador de la República, y Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil, nombrado Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia;

Los cuales, después de haber canjeado sus plenos poderes, que los hallaron en buena y debida forma, acordaron los articulos siguientes:

Artículo 1. La frontera entre la República de los Estados Unidos del Brasil y Bolivia quedará así establecida:

§ 1.º) Partiendo de la latitud Sud de 20°.08'.35", frente al desaguedero de la Bahía Negra, en el río Paraguay, subirá por este río hasta un punto en la margen derecha distante nueve kilómetros en línea recta del fuerte de Coimbra, esto es, aproximadamente en 19°.58'.05" de latitud y 14°.39'.14" de longitud Oeste del Observatorio de Río de Janeiro (57°.47'.40" Oeste de Greenwich), según el Mapa de la frontera levantado por la Comisión Mixta de Límites, de 1875; y continuará desde ese punto, en la margen derecha del Paraguay, por una línea geodésica que irá a encontrar otro punto: á cuatro kilómetros en el rumbo verdadero de 27°.1'.22" Nordeste del llamado « Marco del fondo de Bahía Negra », siendo la distancia de cuatro kilómetros medida rigurosamente sobre la frontera actual, de manera que ese punto deberá estar, más ó menos, en 19°.45'.36", 6 de latitud y 14°.55'.46", 7 de longitud Oeste de Río de Janeiro (58°.04'.12", 7, Oeste de Greenwich). De allí seguirá en el mismo rumbo determinado por la Comisión Mixta de 1875 hasta 19°.2' de latitud y, después para el Este, por ese paralelo hasta el arroyo Concepción, que bajará hasta su desembocadura en la margen meridional del desaguedero de la laguna de Cáceres, también llamado río Tamengos. Subirá por el desaguedero hasta el meridiano que corta la punta del Tamarinero, y después para el Norte, por el citado meridiano del Tamarinero, hasta 18°.54' de latitud, continuando por ese paralelo para el Oeste hasta encontrar la frontera actual.

§ 2.º) Del punto de intersección del paralelo 18°.54' con la línea recta que forma la frontera actual seguirá, por el mismo rumbo que al presente, hasta 18°.14' de latitud y por ese paralelo irá a encontrar al Este el desaguedero de la laguna Mandioré, por el cual subirá, atravesando la laguna en línea recta, hasta el punto de la línea de la antigua

frontera, equidistante de los dos marcos actuales, y después, por esa línea antigua, hasta el marco de la margen septentrional.

§ 3.º) Del marco septentrional de la laguna Mandioré continuará en línea recta, en el mismo rumbo que al presente hasta la latitud de 17°.49', y por este paralelo hasta el meridiano del extremo Sud-Este de laguna Gahiba. Seguirá ese meridiano hasta la laguna y atravesará ésta en línea recta hasta el punto equidistante de los dos marcos actuales, en la línea de la antigua frontera, y, después por esta línea antigua o actual, hasta la entrada del canal Pedro Segundo, llamado recientemente río Pando.

§ 4.º) De la entrada Sud del Canal Pedro Segundo o río Pando hasta la confluencia del Beni y del Mamoré, los límites serán los mismos determinados en el Artículo 2º del Tratado de 27 de Marzo de 1867.

§ 5.º) Desde la confluencia del Beni y del Mamoré bajará la frontera por el río Madera hasta la boca del Abuná, su afluente de la margen izquierda, y subirá por el Abuná, hasta la latitud de 10°.20'. De allí irá por el paralelo 10°.20' para el Oeste, hasta el río Rapirran y subirá por este hasta su nacimiento principal.

§ 6.º) De la naciente principal del Rapirran, irá por el paralelo de la naciente a encontrar al Oeste el río Iquiry y subirá por éste hasta su origen, desde donde seguirá hasta el arroyo de Bahía por los más pronunciados accidentes del terreno o por una línea recta, como pareciere mas conveniente a los comisarios demarcadores de ambos países.

§ 7.º) De la naciente del arroyo de Bahía seguirá, bajando por éste, hasta su desembocadura en la margen derecha del río Acre o Aquiry y subirá por éste, hasta la naciente, si no estuviese ésta en longitud más occidental que la de 69º Oeste de Greenwich.

a) En el caso figurado, esto es, si la naciente del Acre estuviere en longitud menor occidental que la indicada, seguirá la frontera por el meridiano de la naciente hasta el paralelo 11º y después, para el Oeste, por ese paralelo hasta la frontera con el Perú.

b) Si el río Acre, como parece evidente, atravesase la longitud de 69º Oeste Greenwich y corriese ya al Norte, ya al Sud del citado paralelo 11º, acompañando más o menos éste, el alveo del río formará la línea divisoria hasta su nacimiento, por cuyo meridiano continuará hasta el paralelo de 11º y de allí, en dirección al Oeste, por el mismo paralelo, hasta la frontera con el Perú; mas, si al Oeste de la citada longitud 69º el Acre corriese siempre al Sud del paralelo 11º, seguirá la frontera, desde ese río, por la longitud 69º hasta el punto de intersección con ese paralelo 11º y después por él, hasta la frontera con el Perú.

Artículo II. La transferencia de territorios resultante de la limitación descrita en el artículo anterior, comprende todos los derechos que les son inherentes y la responsabilidad derivada de la obligación de mantener y respetar los derechos reales adquiridos por nacionales y extranjeros según los principios del derecho civil.

Las reclamaciones provenientes de actos administrativos y de hechos ocurridos en los territorios permutados, serán examinados y juzgados por un Tribunal Arbitral compuesto de un representante del Brasil, otro de Bolivia y de un Ministro extranjero acreditado ante el Gobierno Brasileño. Este tercer árbitro, presidente del Tribunal, será escogido por las dos Altas Partes Contratantes después del canje de las ratificaciones del presente tratado. El Tribunal funcionará durante un año en Río de Janeiro y dará principio a sus trabajos en el plazo de seis meses contados desde el día del canje de las ratificaciones. Tendrá por misión: 1º aceptar o rechazar las reclamaciones; 2º fijar el monto de la indemnización; 3º designar cual de los dos Gobiernos la debe satisfacer.

El pago podrá ser hecho en bonos especiales, a la par, que ganen el interés del tres por ciento y tengan la amortización del tres por ciento anual.

Artículo III. Por no haber equivalencia en las áreas de los territorios permutados entre las dos naciones, los Estados Unidos del Brasil pagarán una indemnización de £2.000.000 (dos millones de libras esterlinas), que la República de Bolivia acepta con el propósito de aplicarla principalmente a la construcción de caminos de hierro u otras obras tendientes a mejorar las comunicaciones y desenvolver el comercio entre los dos países.

El pago será hecho en dos partidas de un millón de libras cada una: la primera dentro del plazo de tres meses, contado desde el canje de las ratificaciones del presente tratado y la segunda el 31 de marzo de 1905.

Artículo IV. Una Comisión Mixta, nombrada por los dos Gobiernos dentro del plazo de un año, contado desde el canje de las ratificaciones, procederá a la demarcación de la frontera descrita en el Artículo I, principiando sus trabajos a los seis meses siguientes a su nombramiento.

Cualquier desacuerdo entre la Comisión Brasileña y la Boliviana que no pudiere ser resuelto por los dos Gobiernos, será sometido a la decisión arbitral de un miembro de la Royal Geographical Society, de Londres, escogido por el Presidente y miembros del consejo de la misma.

Si los Comisarios demarcadores nombrados por una de las Altas Partes Contratantes dejasen de concurrir al lugar y fecha que fueren convenidos para dar principio a los trabajos, los Comisarios de la otra procederán por sí solos a la demarcación, y el resultado de sus operaciones será obligatorio para ambas.

Artículo V. Las dos Altas Partes Contratantes concluirán dentro del plazo de ocho meses un tratado de Comercio y Navegación, basado en el principio de la más amplia libertad de tránsito terrestre y navegación fluvial para ambas naciones, derecho que ellas se reconocen a perpetuidad, respetando los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una. Esos reglamentos deberán ser tan favorables cuanto sea posible a la navegación y al comercio y guardar en los dos países la posible uniformidad. Queda, sin embargo, entendido y declarado que no se comprende en esa navegación la de puerto a puerto del mismo país, ó de cabotaje fluvial, que continuará sujeta en cada uno de los dos Estados a sus respectivas leyes.

Artículo VI. En conformidad a la estipulación del Artículo precedente, y para el despacho en tránsito de artículos de importación, y exportación, Bolivia podrá mantener agentes aduaneros junto a las aduanas brasileñas de Belem del Pará, Manáos, Corumbá y demás puertos aduaneros que el Brasil establezca sobre el Madera, Mamoré o otras localidades de la frontera común. Recíprocamente, el Brasil podrá mantener agentes aduaneros en la aduana boliviana de Villa Bella o en cualquier otro puesto aduanero que Bolivia establezca en la frontera común.

Artículo VII. Los Estados Unidos del Brasil se obligan a construir en territorio brasileño, por sí o por empresa particular, un ferrocarril desde el puerto de Santo Antonio, en el río Madera, hasta Guajará-Mirim, en el Mamoré, con un ramal que, pasando por Villa-Murtinho o otro punto próximo (Estado de Matto-Grosso), llegue a Villa Bella (Bolivia), en la confluencia del Beni con el Mamoré. De ese ferrocarril, que el Brasil se esforzará en concluir en el plazo de cuatro años, usarán ambos países con derecho a las mismas franquicias y tarifas.

Artículo VIII. La República de los Estados Unidos del Brasil declara que ventilará directamente con la del Perú la cuestión de fronteras relativa al territorio comprendido entre la naciente del Yavary y el paralelo 11°, procurando llegar a una solución amigable del litigio sin responsabilidad para Bolivia en ningún caso.

Artículo IX. Los desacuerdos que puedan sobrevenir entre los dos Gobiernos en cuanto a la interpretación y ejecución del presente Tratado, serán sometidos a Arbitraje.

Artículo X. Este Tratado después de aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será ratificado por los respectivos Gobiernos y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Río de Janeiro, en el más breve plazo posible.

EN FE DE LO CUAL nosotros Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente Tratado, en dos ejemplares, cada uno de ellos en las lenguas portuguesa y castellana, y les ponemos nuestros respectivos sellos.

HECHO en la ciudad de Petrópolis, a los diez y siete días del mes de noviembre de mil novecientos tres.

RIO-BRANCO

J. F. DE ASSIS BRASIL

FERNANDO E. GUACHALLA

CLAUDIO PINILLA